



Ministério da Saúde



Serviços Centrais

Comunicado de Imprensa:

O **Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências • 2010** será apresentado à Comissão Parlamentar de Saúde no dia **21 de dezembro**, pelas **10H30**, no anfiteatro do edifício novo da **Assembleia da República**.

Estará disponível, simultaneamente, no sítio *web* do IDT, I. P. (<http://www.idt.pt>).

Esta informação está sob embargo até às 10H30 do dia 21 de dezembro.

Da sessão consta também a apresentação dos dados mais relevantes do Relatório Anual 2011 do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (“A Evolução do Fenómeno da Droga na Europa”), que reporta a dados de 2009. Este Relatório foi apresentado no passado dia 15 de novembro em Lisboa.

**O Coordenador Nacional para os Problemas da Droga,
das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool
e Presidente do Conselho Directivo do IDT, I.P.**

João Castel-Branco Goulão



Ministério da Saúde



Serviços Centrais



Ministério da Saúde



Serviços Centrais

Relatório Anual

A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicod dependências • 2010

Sob Embargo até às 10H30 de 21 de dezembro de 2011

Síntese Global

No contexto da caracterização nacional da **situação, evolução e principais tendências** em matéria de drogas e toxicod dependências, é de salientar:

Foram vários os ganhos, nomeadamente em saúde, obtidos ao longo da década nesta área, fruto da coordenação nacional e do planeamento estratégico que permitiu uma maior articulação e um reforço da capacidade de resposta tanto ao nível da redução da procura como da oferta.

Os resultados dos **estudos epidemiológicos nacionais** destacam a cannabis como a substância ilícita com as mais elevadas prevalências de consumo em Portugal.

Entre 2001 e 2007, os estudos nacionais apontam para um aumento moderado do consumo (apenas em alguns indicadores) a nível da população portuguesa (15-64 anos) e para uma diminuição a nível das populações escolares e da população reclusa. Em 2007, Portugal situava-se entre os países europeus com as menores prevalências de consumo de drogas, com exceção da heroína.

A nível do consumo problemático de drogas em Portugal, as estimativas efetuadas em 2000 e 2005 também apontavam para uma diminuição da prevalência desse consumo, sendo essa diminuição mais acentuada a nível do consumo por via endovenosa. Tal é reforçado também com a importante redução da prática de consumo endovenoso verificada entre 2001 e 2007 no contexto da população reclusa.

Em 2010, os resultados de um estudo nacional apontam para um aumento do consumo de drogas nas populações escolares entre 2006 e 2010, alertando desde já para a necessidade do reforço das medidas preventivas.



Em 2010, no âmbito da rede de **tratamento** da toxicod dependência, de um modo geral, registou-se em relação a 2009 uma estabilidade do número de utentes que recorreram às estruturas da rede pública e convencionada, com exceção do número de novos utentes em ambulatório que aumentou pelo quarto ano consecutivo, provavelmente devido a uma maior e melhor articulação com as respostas no terreno, nomeadamente da redução de danos, mas também em consequência da prestação de serviços no domínio da problemática do álcool por parte das estruturas tradicionais de tratamento da toxicod dependência. A heroína continua a ser a substância mais referida como droga principal dos utentes em tratamento, constatando-se nos últimos anos, uma maior visibilidade de outras substâncias, nomeadamente o álcool, a cocaína e a cannabis. Também se mantém a tendência de diminuição das práticas de consumo endovenoso e da partilha de material de consumo entre os utentes que recorreram ao tratamento da toxicod dependência, práticas estas intimamente associadas à transmissão de doenças infecciosas.

Entre as populações em tratamento da toxicod dependência em 2010, os valores de positividade para as **doenças infecciosas** reforçam a tendência de decréscimo verificada nos últimos anos, nomeadamente a nível do VIH e Hepatite C. No âmbito das notificações da infecção VIH/SIDA, e em relação ao total de notificações no País, mantém-se a tendência decrescente da proporção de casos associados à toxicod dependência nos vários estádios da infeção. Assiste-se igualmente a uma diminuição contínua ao longo dos últimos anos do número de novos casos diagnosticados com VIH associados à toxicod dependência. Considerando as melhorias implementadas nos últimos anos na cobertura do rastreio do VIH nestas populações, parece estarmos perante uma efectiva diminuição de infeções recentes na população toxicod dependente, reflectindo a diminuição das práticas de consumo endovenoso e da partilha de material de consumo atrás referida e, em última análise, as políticas de redução de riscos e minimização de danos.

No que respeita às **mortes** relacionadas com o consumo de drogas no contexto das estatísticas nacionais de mortalidade do INE, I.P., os dados de 2010 não estavam disponíveis à data da publicação deste Relatório. Apesar de os números se manterem baixos em 2009, verifica-se desde 2006 um aumento do número destas mortes, contrariamente à tendência de decréscimo constatada nos anos anteriores, o que poderá também ser reflexo das melhorias metodológicas ocorridas nos últimos anos a nível dos registos gerais de mortalidade. Relativamente à informação dos registos específicos de mortalidade relacionada com o consumo de drogas proveniente do INML, I.P., regista-se uma estabilidade no número de *overdoses* entre 2009 e 2010, e uma diminuição relativamente a 2008, atual proporção de *overdoses* no conjunto de óbitos com informação sobre a causa de morte em 2008 e em



2009. Na maioria destes casos de *overdose* foram detectadas mais do que uma substância, considerando as associações com substâncias ilícitas e/ou lícitas. Uma vez mais a presença de opiáceos foi predominante, seguindo-se-lhes a cocaína. Em combinação com as substâncias ilícitas, é de destacar os casos de *overdose* com a presença de álcool bem como com a de benzodiazepinas.

No contexto das **contraordenações por consumo de drogas**, o número de processos abertos relativos às ocorrências de 2010 representou um ligeiro decréscimo em relação a 2009, ano em que se registou o valor mais elevado de sempre. Também se verificou uma diminuição da capacidade decisória em relação aos dois anos anteriores, provavelmente relacionada com a falta de *quórum* e a necessidade de reforço das equipas técnicas de algumas CDT. Entre as decisões proferidas, uma vez mais predominaram as suspensões provisórias dos processos de consumidores não toxicodependentes, e daí a maioria dos processos estar relacionada com a posse de cannabis, o que é consistente com os resultados dos estudos epidemiológicos sobre o consumo de drogas em Portugal.

A nível da **Redução da Oferta**, vários indicadores evidenciam uma vez mais em 2010, um reforço da capacidade de detecção e combate ao tráfico em níveis mais elevados das estruturas do tráfico nacional e internacional, com o desmantelamento de importantes organizações criminosas.

De um modo geral, nos últimos dois anos registaram-se os números de **apreensões** mais elevados da década, confirmando-se a tendência de acréscimo do número de apreensões de quase todas as drogas nos últimos seis anos. As apreensões envolvendo **quantidades significativas** segundo os critérios da ONU, representaram a grande maioria das quantidades de quase todas as drogas apreendidas no país em 2010, mantendo-se a tendência de Portugal funcionar como ponto de trânsito em matéria de tráfico internacional, particularmente no caso da cocaína. Foi uma vez mais confirmada a tendência manifestada ao longo da década do predomínio da cannabis e da maior visibilidade da cocaína nestes contextos. Por outro lado, após o decréscimo contínuo da visibilidade da heroína verificado na primeira metade da década, constata-se uma tendência de estabilidade na segunda metade, sendo de referir já uma maior visibilidade da heroína nos dois últimos anos a nível de alguns indicadores.

A nível das **condenações ao abrigo da Lei da Droga**, na sua maioria por tráfico, tal como ocorrido desde 2004 e contrariamente aos anos anteriores, uma vez mais predominou a aplicação da pena de prisão suspensa em vez de prisão efectiva. Foi reforçada a tendência manifestada ao longo da década de decréscimo do número de indivíduos condenados ao abrigo da Lei da Droga em situação de **reclusão**.



Na área das drogas e das toxicod dependências, o ano de 2010 ficou marcado pela reorganização das estruturas de coordenação do combate à droga e à toxicod dependência, alargando as suas competências à definição e execução de políticas relacionadas com o uso nocivo do álcool, iniciando a Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicod dependências e do Uso Nocivo do Álcool, o trabalho preparatório para a avaliação do ciclo estratégico que termina em 2012, numa dupla perspectiva de avaliação interna e externa.

A coordenação nacional e o planeamento estratégico nesta área permitiram ao longo da década uma maior articulação e um reforço da capacidade de resposta tanto ao nível da redução da procura como da oferta, como o demonstra o alargamento da cobertura do rastreio do VIH entre os toxicod dependentes, o aumento de utentes que contactam os serviços de tratamento da toxicod dependência e as estruturas de redução de riscos e minimização de danos, e a maior capacidade de deteção e combate ao tráfico nacional e internacional, entre outros.

Foram vários os ganhos em saúde obtidos, entre eles, a redução do consumo de drogas entre as populações mais jovens, a redução de consumos problemáticos, designadamente do consumo endovenoso, e a diminuição da incidência do VIH/SIDA entre as populações toxicod dependentes.

Estas são apenas algumas das tendências positivas manifestadas nos últimos anos que originaram a atual grande visibilidade internacional da política portuguesa em matéria de drogas e toxicod dependências, implicando responsabilidade acrescida das políticas futuras.

No ano de 2010 consolidam-se a maioria destas tendências, mas surgem tendências recentes preocupantes, quer no lado da procura - os resultados dos estudos nacionais em populações escolares evidenciam que o consumo de drogas que vinha aumentando desde os anos 90 e tinha diminuído pela primeira vez em 2006 e 2007, voltou a aumentar em 2010 – como no da oferta - o recente fenómeno das *smartshops* no mercado português que induz aos jovens uma falsa perceção de nulo ou baixo risco do consumo dessas “drogas legais”, que apontam para um expectável agravamento do problema das dependências nas camadas mais jovens.

Considerando o impacto que terá o recrudescimento destes problemas no desenvolvimento económico e social do país e no sentimento de segurança da população portuguesa, é fundamental que a futura política portuguesa em matéria de drogas e toxicod dependências seja considerada uma prioridade na atual envolvente de crise económica e social, que constitui já *per se* um fator de risco para o desenvolvimento de problemas associados ao abuso e tráfico de drogas.

Nota: Durante a apresentação na Assembleia da República será distribuída informação mais detalhada e um exemplar do Relatório em CD.



Síntese do Desenvolvimento das Acções das Áreas de Missão e das Áreas Transversais

Áreas de Missão

PORI

O **Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI)** é uma medida estruturante, de intervenção integrada, no âmbito do consumo de substâncias psicoativas. Privilegia a existência de diagnósticos rigorosos, que fundamentam a intervenção no território e a sua operacionalização obedece, à implementação de fases sequenciais, sendo efetivada com a criação de **Programas de Respostas Integradas (PRI)**. Os PRI incluem, para além das intervenções financiadas, o contributo da capacidade instalada de todas as áreas de missão do IDT, I.P., mobilizando recursos sobretudo no domínio do Tratamento e da Reinserção.

Em 2010 estiveram em funcionamento 98 PRI, dinamizados pelos respetivos Núcleos Territoriais, nos quais se incluem 146 projetos cofinanciados pelo IDT, I.P..

No que diz respeito ao número de projetos, por área de intervenção, bem como ao número de indivíduos abrangidos, relativamente à área da **Prevenção**, nos **68 projetos implementados**, foram abrangidas **93 636 indivíduos**, na área da **Redução de Riscos e Minimização de Danos**, nos **34 projetos**, abrangeram-se **7 685 indivíduos**, na área da **Reinserção**, num total de **41 projetos**, foram abrangidos **3 669 indivíduos** e na área do **Tratamento**, com **3 projetos**, foram abrangidos **650 utentes**.

Das **552 entidades** que fazem parte dos Núcleos Territoriais, **186 são (ONG)**, **134** são entidades com intervenção na área da **Educação**, verificando-se, também, um peso importante das Autarquias, com 96 representações. Destacam-se, ainda, as entidades na área da **Segurança Social (38)**, na área da **Saúde (44) entidades**, no âmbito do **Emprego (12)**, na área das **Forças de Segurança (11)** e na área da **Justiça (3)**.



Ministério da Saúde



Serviços Centrais

Prevenção

Em 2010 foram criados espaços de consulta para prevenção seletiva e indicada, contribuindo assim para o **reforço** de um **Sistema de Atendimento a Adolescentes**, passando a existir em todas as regiões do país estruturas que realizam consultas de atendimento a jovens.

Foi produzido o relatório final do **Programa de Intervenção Focalizada (PIF)**, tendo a execução dos projetos superado o previsto inicialmente, quer em número de ações, quer na abrangência dos grupos alvo. Este programa visa, nomeadamente, aumentar o número de intervenções preventivas baseadas em evidência científica, contribuir para a **definição de linhas orientadoras** e difundir **práticas validadas**.

O **projeto *Eu e os Outros***, integrado no www.tu.alinhas.pt, que trabalha *online* competências pessoais e sociais em contexto escolar, no formato de jogo interativo, com base em 8 narrativas diferentes, **abrangeu 221 escolas** (num total de **11 348 alunos, 571 aplicadores, 218 instituições e 14 348 jogadores**).

O **programa *Escola Segura***, de âmbito nacional e assegurado pela GNR e PSP, continuou a garantir a segurança nos estabelecimentos de ensino. A GNR teve um efetivo dedicado de **237 militares (228, em 2009)**, abrangendo **7 666 escolas** (8 016 escolas, em 2009), desenvolvendo **9 351 ações de sensibilização e/ou informação** (7 588 ações, em 2009), abrangendo um universo de **791 583 alunos** (810 125 alunos, em 2009) e realizando **257 visitas** de escolas e/ou grupos de alunos ao quartel (544 visitas, em 2009). A PSP, com cerca de **369 elementos policiais** (344 elementos policiais, em 2009), realizou **4 158 ações de informação/sensibilização** (6 873, em 2009), em **3 453 escolas**, tendo sido envolvidos **1 033 911 alunos** (1 289 786 alunos, em 2009) e **137 949 professores e auxiliares de educação** (130 103 professores e auxiliares de educação, em 2009).



Ministério da Saúde



Serviços Centrais

Dissuasão da Toxicod dependência

No contexto das contraordenações por consumo de drogas, foram instaurados 7.315 **processos relativos às ocorrências de 2010**, representando um ligeiro decréscimo em relação a 2009, ano em que se registou o valor mais elevado de sempre. À data da recolha de informação cerca de 61% dos processos relativos às ocorrências de 2010 tinham decisão proferida, constatando-se uma diminuição da capacidade decisória em relação aos dois anos anteriores, provavelmente relacionada com a falta de *quórum* e a necessidade de reforço das equipas técnicas de algumas CDT. Entre as **decisões proferidas** uma vez mais predominaram as suspensões provisórias dos processos de consumidores não toxicod dependentes (62%), seguindo-se-lhes as suspensões dos processos de consumidores toxicod dependentes que aceitaram submeter-se a tratamento (20%) e as decisões punitivas (14%). Tal como nos anos anteriores, a **maioria dos processos estavam relacionados com a posse de cannabis** (71% só cannabis e 2% cannabis com outras drogas), o que é consistente com os resultados dos estudos epidemiológicos sobre o consumo de drogas em Portugal.

Cerca de 84% dos processos de contraordenação abertos em 2010 referem-se a indiciados primários. Dos 808 indiciados primários **toxicod dependentes** (702), 87% aceitaram aderir voluntariamente a tratamento, no âmbito de uma suspensão provisória do processo. Do total de indiciados primários **não toxicod dependentes** (2 800), 71% foram diagnosticados como consumidores em situação problemática que poderiam indiciar situações de maior risco face à toxicod dependência, que careciam de apoio especializado e diferenciado.

É também de referir que o ano de 2010 ficou marcado pelo **grande interesse internacional em conhecer e avaliar o Modelo de Dissuasão existente em Portugal**, operado pela Lei da Descriminalização do consumo de drogas.



Ministério da Saúde



Serviços Centrais

Redução de Riscos e Minimização de Danos

No ano em referência, foram contactadas regularmente pelas estruturas de Redução de Riscos e Minimização de Danos cerca de **15 253** pessoas. Uma vez que a população contactada por estas estruturas é genericamente bastante flutuante, no que diz respeito à utilização dos serviços prestados, constata-se que, em cada mês, terão sido contactados, em média, cerca de **7 032** utentes. De entre estes, em cada mês, cerca de **1 933** pessoas (em média) beneficiaram do PSO-BLE e cerca de **2 258** pessoas (em média) beneficiaram do Programa de Troca de Seringas.

Em 2010, prosseguiu-se a **consolidação da Rede Nacional de Redução de Riscos e Minimização de Danos**, constituída por **49 projetos que representam 61 intervenções em diferentes contextos**, a criação de um **Sistema de Informação Rápida na Rede Nacional** para atuação ao nível da prevenção das sobredosagens e novos padrões de consumo e alargada a implementação do **Modelo ADR – Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação** (infeciologia).

No que respeita ao Programa Nacional de Troca de Seringas, em 2010, foram recolhidas 2 057 497 seringas (2 365 821 seringas, em 2009), verificando-se uma redução de 13% em relação ao ano anterior, tendo sido o montante despendido 1 532 568 51 €.

Em 2010, uma vez mais se constatou o reforço da diminuição contínua das **práticas de consumo endovenoso** (nomeadamente entre os novos utentes na rede pública, em que se verifica entre 2003 e 2010 uma descida contínua de 28% para 5% de utentes que utilizaram a via endovenosa no último mês anterior à consulta) e **da partilha de material de consumo** entre os utentes em tratamento da toxicod dependência, práticas estas intimamente associadas à transmissão de doenças infecciosas. Relativamente às **doenças infecciosas**, entre as populações em tratamento da toxicod dependência em 2010, os valores de positividade para o VIH (3% - 22%), Hepatite B (2% - 4%), Hepatite C (28% - 47%) e Tuberculose (0,1% - 2%), reforçam a tendência de decréscimo verificada nos últimos anos, nomeadamente a nível do VIH e Hepatite C. No âmbito das notificações da infecção VIH/SIDA, mantém-se a tendência decrescente da proporção de casos associados à toxicod dependência (15% e 31% dos casos diagnosticados com infecção VIH respetivamente em 2010 e 2004), assim como a diminuição contínua ao longo dos últimos anos do número de novos casos diagnosticados com VIH associados à toxicod dependência, salvaguardadas as actualizações futuras dos dados (149 casos diagnosticados em 2010, 387 em 2008, 521 em 2006 e 662 em 2004).



Considerando as melhorias implementadas nos últimos anos a nível da cobertura do rastreio do VIH nestas populações (com o Programa KLOTTHO, um Programa de Identificação Precoce e Prevenção da Infecção VIH/SIDA desenvolvido em 2007 e 2008, e com a aplicação em 2009 da metodologia ADR - *Aconselhamento, Detecção e Referenciação* -), parece estar-se perante uma efectiva diminuição de infecções recentes na população toxicodependente, reflectindo a diminuição das práticas de consumo endovenoso e da partilha de material de consumo atrás referida e, em última análise, as políticas de redução de riscos e minimização de danos.

No que respeita às **mortes relacionadas com o consumo de drogas** no contexto das estatísticas nacionais de mortalidade do INE, I.P., os dados de 2010 não estavam disponíveis à data da publicação deste Relatório. Em 2009 registaram-se 19 mortes causadas por dependência de drogas de acordo com o critério da Lista Sucinta Europeia (16 em 2008) e 27 casos de mortes relacionadas com o consumo de drogas de acordo com o critério do OEDT (20 em 2008). Apesar de os números se manterem baixos, verifica-se desde 2006, um aumento do número destas mortes, contrariamente à tendência de decréscimo dos anos anteriores, o que poderá também refletir as melhorias metodológicas ocorridas nos últimos anos a nível dos registos gerais de mortalidade. Quanto à informação dos registos específicos de mortalidade relacionada com o consumo de drogas proveniente do INML, I.P., em 2010, dos 193 óbitos com informação sobre a causa de morte, cerca de 27% foram considerados *overdoses*. Apesar das limitações comparativas devido à atualização dos dados de 2010 no próximo ano (2012), não será muito arriscado afirmar que se regista uma estabilidade no número de *overdoses* entre 2009 e 2010, considerando a atual proporção de *overdoses* no conjunto de óbitos com causa de morte conhecida em 2009 (28%) e as atualizações feitas este ano em relação aos dados de 2009. É também de assinalar a diminuição destas percentagens relativamente a 2008 (36%). Tal como nos anos anteriores, na maioria destes casos de *overdose* foram detetadas mais do que uma substância (87%), considerando as associações com substâncias ilícitas e/ou lícitas. Uma vez mais a presença de opiáceos foi predominante (73%), seguindo-se-lhes a cocaína (50%). Em combinação com as substâncias ilícitas, é de destacar os casos de *overdose* com a presença de álcool (44%) bem como com a presença de benzodiazepinas (35%).



Ministério da Saúde



Serviços Centrais

Tratamento

Em 2010 deu-se continuidade à **articulação com outros recursos de saúde e socio sanitários**, públicos e privados, de modo a melhorar a resposta às múltiplas necessidades dos utentes com problemas associados ao consumo de substâncias psicoativas, sendo de destacar também a **orientação para a qualidade dos serviços prestados**.

No âmbito da **rede de tratamento da toxicod dependência**, em relação a 2009 registou-se, de um modo geral, uma estabilidade do número de utentes que recorreram às estruturas da **rede pública e convencionada**, com exceção dos novos utentes em ambulatório. Pelo quarto ano consecutivo e contrariamente à tendência de decréscimo verificada desde 2000, aumentou (+10%) o número de novos utentes em ambulatório (8 444), provavelmente devido a uma melhor articulação das respostas no terreno, mas também, a partir de 2008, em consequência da prestação de serviços no domínio da problemática do álcool por parte das Equipas de Tratamento do IDT, I.P.. O número total de utentes em ambulatório (37 983) pelo segundo ano consecutivo manteve-se estável em relação ao ano anterior (-2%) após a tendência de aumento ocorrida entre 2004-2008, verificando-se também uma estabilidade (+1%) no número de utentes integrados em programas terapêuticos com agonistas opiáceos (27 392). Em relação a 2009, diminuíram (-7%) os internamentos em Unidades de Desabilitação (2 424) e mantiveram-se estáveis (+1%) os internamentos em Comunidades Terapêuticas (3626), reforçando a tendência verificada nos últimos cinco anos de maior número de internamentos em CT do que em UD. Na **rede licenciada sem convenção**, manteve-se a tendência manifestada nos últimos anos de decréscimo do número de internamentos em UD (22) e CT (873), representando estes valores os mais baixos da década. Nas **estruturas de tratamento da toxicod dependência do sistema prisional**, constatou-se pelo quarto ano consecutivo uma diminuição do número de reclusos em programas de tratamento orientados para a abstinência (219), apesar de se manter igual a capacidade dos mesmos. Em contrapartida, o número de reclusos integrados a 31/12/2010 em programas farmacológicos da responsabilidade dos estabelecimentos prisionais (565) representou o valor mais elevado da década e um acréscimo de +20% em relação ao ano anterior. A heroína continua a ser a substância mais referida como droga principal dos utentes em tratamento da toxicod dependência, registando-se nos últimos anos uma maior visibilidade de outras substâncias, nomeadamente o álcool, a cocaína e a cannabis.



Ministério da Saúde



Serviços Centrais

Reinserção

Em 2010 foi dada continuidade à implementação do processo de monitorização das atividades e intervenções, possibilitando aferir as necessidades dos utentes ao longo dos percursos de reinserção e, simultaneamente, avaliar o grau de concretização das estratégias definidas e a capacidade do IDT I.P., e dos parceiros, para responder às necessidades identificadas nos utentes. Assim, desenvolveram-se intervenções que responderam a 37% dos 1 323 utentes com necessidades ao nível da **Habitação e Acolhimento**, a 44% dos 1.965 utentes com necessidades ao nível da **Educação**, a 26% dos 2 280 utentes com necessidades ao nível da **Formação Profissional** e a 43% dos 4.719 utentes com necessidades ao nível do **Emprego**. Nesta última dimensão o **Programa Vida Emprego (PVE)** continuou a assumir uma importância vital enquanto recurso na área do emprego, tendo abrangido **1 220 indivíduos**. Ainda no âmbito da dimensão do emprego, e no sentido de facilitar o acesso dos utentes ao mercado de trabalho, importa destacar a aplicação informática **Bolsa de Empregadores**, constituída por **751 entidades empregadoras, parceiras do IDT, I.P. no âmbito do emprego**.

Em 2010 manteve-se, também, o protocolo de **articulação interinstitucional entre o IDT, I.P. o ISS, I.P. e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**. Esta metodologia de resposta integrada facilita o atendimento nos serviços do ISS, I.P. e da SCML dos utentes do IDT, I.P. em situação de desfavorecimento social e carência económica, contribuindo para a prevenção da duplicação de respostas, para a melhoria da eficácia e eficiência dos serviços, numa lógica de rentabilização de recursos.

De referir, ainda, a continuidade da participação ativa do IDT, I.P. na implementação da **Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA)**, sob a coordenação do Instituto de Segurança Social I.P..



Ministério da Saúde



Serviços Centrais

Redução da Oferta

No ano de 2010, a atuação da PJ afetou importantes estruturas criminosas, responsáveis pela introdução de haxixe e cocaína no espaço europeu e pelo abastecimento ao nível nacional e regional de diversos tipos de drogas, designadamente de cocaína, heroína e de haxixe. Em cooperação com outras congéneres, contribuiu ativamente para o desmantelamento de organizações criminosas noutros países.

Visando o **reforço das atividades de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da UE**, no âmbito da participação da PJ no MAOC-N, procedeu-se ao tratamento e monitorização de inúmeras embarcações sob suspeita de estarem a ser utilizadas no tráfico transcontinental efectuando-se mais de 285 operações de recolha de informação, seguimento e vigilância de passageiros, suspeitos de envolvimento no tráfico de droga. Também a GNR, em 2010, através da Unidade de Controlo Costeiro, efetuou **8 184 ações de vigilância, controlo e fiscalização**. Por sua vez a Autoridade Marítima desenvolveu 1 085 ações/projetos, neste âmbito. Refira-se, também, que foram controlados por RX 2 130 contentores, pela DGAIEC.

De referir, ainda, a estreita colaboração, entre a PJ, a Unidade de Controlo Costeiro da GNR, a DGAIEC e o SEF, pela qual, no seio das UCICs e de forma bilateral se têm desenvolvido ações que visam a prevenção e a repressão do fenómeno do tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas e seus precursores. Tais esforços encontram-se articulados de forma permanente com a estrutura internacional MAOC-N.

Tendo como objetivo a **prevenção na área do consumo, pequeno tráfico e criminalidade associada à droga**, deu-se seguimento ao policiamento de proximidade, nomeadamente no contexto dos estabelecimentos de ensino, através de diversas ações e programas da PSP e GNR.

Em 2010, constataram-se aumentos a nível de vários indicadores no contexto dos mercados, registando alguns deles, os valores mais elevados da década.

Nos últimos dois anos registaram-se os números mais elevados desde 2002 de **apreensões** de heroína, e os números mais elevados da década de apreensões de cocaína, de haxixe e de liamba, confirmando-se a tendência de acréscimo do número de apreensões de quase todas as drogas nos últimos seis anos. Pelo nono ano consecutivo o haxixe foi a substância com o maior número de apreensões (3 063), e, reforçando a tendência iniciada em 2005, uma vez mais o número de apreensões de cocaína (1 599) foi superior ao de heroína (1 462). A nível das **quantidades** apreendidas em 2010, verificaram-se



aumentos em relação ao ano anterior a nível do ecstasy, do haxixe e da cocaína, e em contrapartida, diminuições das quantidades apreendidas de heroína e de liamba. Não obstante as oscilações anuais, são de evidenciar os aumentos das quantidades apreendidas de cocaína, de haxixe e de liamba na segunda metade da década comparativamente à primeira metade, contrariamente às descidas verificadas no caso da heroína e do ecstasy. As apreensões envolvendo **quantidades significativas** segundo os critérios da ONU, representaram a grande maioria das quantidades de quase todas as drogas apreendidas no país em 2010, mantendo-se a tendência de Portugal funcionar como ponto de trânsito em matéria de tráfico internacional, particularmente no caso da cocaína. Em relação às **rotas**, no âmbito do tráfico internacional destacaram-se como principais países de proveniência das drogas apreendidas no país em 2010, a Holanda a nível da heroína e do ecstasy, o Brasil, a Venezuela e a Colômbia no caso da cocaína, e, uma vez mais Marrocos no caso do haxixe. Os distritos de Lisboa e do Porto surgiram com os maiores números de apreensões a nível das várias substâncias, embora tenham sido os distritos de Lisboa, Setúbal, Faro e Coimbra, que registaram as maiores quantidades apreendidas respetivamente a nível da heroína, cocaína, haxixe e liamba.

Os **preços** médios das drogas confiscadas em 2010 (mercado de tráfico e de tráfico-consumo) não registaram alterações relevantes comparativamente a 2009, com ligeiras descidas no caso da heroína e cocaína e uma ligeira subida a nível do haxixe. Apesar das flutuações anuais, desde 2002 que se verifica uma tendência de decréscimo dos preços médios da heroína e do ecstasy, uma tendência para a subida dos da liamba e da cocaína, e uma estabilidade do preço médio do haxixe (embora com valores ligeiramente mais elevados na segunda metade da década).

Estas intervenções policiais resultaram na identificação de 6 320 **presumíveis infratores** em 2010, 42% como traficantes e 58% como traficantes-consumidores. O número de presumíveis infratores foi muito idêntico ao do ano anterior, registando estes dois últimos anos os valores mais elevados desde 2002. Mantém-se a tendência manifestada ao longo da década do predomínio dos presumíveis infratores na posse de cannabis e da maior visibilidade do número de presumíveis infratores na posse de cocaína (os valores registados nos dois últimos anos a nível da cannabis e da cocaína foram os mais elevados desde 2002), sendo que no caso da heroína, os valores dos dois últimos anos foram os mais elevados desde 2003, contrariando assim, após a estabilidade ocorrida entre 2006 e 2008, a tendência de descida constatada na primeira metade da década.

No contexto das **decisões judiciais ao abrigo da Lei da Droga**, em 2010 registaram-se 1 483 processos-crime findos envolvendo 2 040 indivíduos, tendo sido condenados 1 770 indivíduos, na sua



Ministério da Saúde



Serviços Centrais

maioria por tráfico (78%). Tal como ocorrido desde 2004 e contrariamente aos anos anteriores, uma vez mais predominou nestas condenações ao abrigo da Lei da Droga a aplicação da pena de prisão suspensa (48%) em vez de prisão efetiva (29%). À semelhança dos anos anteriores, a maioria destas condenações estavam relacionadas só com uma droga, mantendo-se o predomínio da cannabis pelo oitavo ano consecutivo (42% envolviam só cannabis e 10% cannabis com outras drogas) e a superioridade numérica pelo quinto ano consecutivo das condenações pela posse de cocaína (17% envolviam só cocaína e 26% cocaína com outras drogas) em relação às de heroína (11% envolviam só heroína e 25% heroína com outras drogas).

A 31/12/2010 estavam em situação de **reclusão** 1950 indivíduos condenados ao abrigo da Lei da Droga, representando um decréscimo de 4% relativamente a 2009 e o reforço da tendência de decréscimo registada ao longo da década. Foi também reforçada a tendência iniciada em 2000, de diminuição do peso destes reclusos no universo da população reclusa condenada, representando a 31/12/2010 cerca de 21% desta população. A maioria (90%) destes indivíduos estavam condenados por tráfico, 8% por tráfico de menor gravidade e 2% por tráfico-consumo, valores que se enquadram no padrão dos últimos anos.



Ministério da Saúde



Serviços Centrais

Áreas Transversais

Coordenação

Em 2010 foi remodelada a **Estrutura de Coordenação para os Problemas da Droga, das Toxicod dependências e do Uso Nocivo do Álcool**, que passou a ter competências tanto na área dos mercados lícito e ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas como na área do mercado lícito do álcool. Assim, os membros do Governo com competências nas áreas da economia e da agricultura, passaram a integrar o Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicod dependências e do Uso Nocivo do Álcool e, os seus representantes, passaram a integrar a respetiva Comissão Técnica. Por sua vez, o Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicod dependências e do Uso Nocivo do Álcool foi alargado aos representantes da indústria e comércio contendo álcool.

A nova composição da Estrutura de Coordenação implicou, também, a reformulação das Subcomissões da Comissão Técnica, integradas por representantes das instituições públicas com competências nas áreas das drogas, toxicod dependências e uso nocivo do álcool com o mandato de promoverem e acompanharem sectorialmente a avaliação interna do *Plano de Acção contra as Drogas e as Toxicod dependências 2009- 2012* e do *Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool 2010-2012*. Realça-se, ainda, em 2010, ter a Comissão Técnica se debruçado sobre o modelo do caderno de encargos de avaliação externa do *Plano Nacional contra a Droga e as Toxicod dependências 2005-2012* (PNCDT 2005-2012).



Ministério da Saúde



Serviços Centrais

Cooperação Internacional

O ano de 2010, no plano internacional, foi em grande medida, marcado pela implementação das orientações adotadas em 2009. Assim, no quadro das Nações Unidas deu-se início à execução do estipulado na *Declaração Política* e nos *Planos de Acção* e procedeu-se ainda à revisão do *Questionário Anual das Nações Unidas (ARQ)*, um instrumento de monitorização associado às Convenções das Nações Unidas.

No âmbito da cooperação com os países da América Latina, importa destacar a participação de Portugal, através do IDT, I.P., no **Programa de Cooperação entre a América Latina e a União Europeia** sobre políticas de luta contra a droga (Programa COPOLAD), que tem como objetivo reforçar as capacidades e incentivar o processo de elaboração de políticas de luta contra a droga nas suas diferentes etapas nos países da América Latina, bem como estabelecer uma ponte entre os dois continentes em matéria de luta contra as drogas ilícitas. Este Programa, que tem a duração de 42 meses e um orçamento de 6 milhões de euros, é liderado pela Espanha e conta ainda com a participação da França, Alemanha, Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai.

Em 2010, fruto ainda da **visibilidade internacional** que a política portuguesa em matéria de drogas suscitou nos últimos dois anos, o IDT, I.P. recebeu meios de comunicação estrangeiros, delegações institucionais e membros do governo de outros países, para conhecer *in loco* os resultados da política nacional e a implementação da Lei da Descriminalização.

No âmbito da cooperação bilateral, refere-se a aprovação da Resolução da Assembleia da República n.º 75/2010, em 18 de junho de 2010, ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 77/2010 de 22 de julho, do **Acordo entre a República Portuguesa e a Ucrânia no Domínio do Combate à Criminalidade**.

Destaca-se, ainda, o desenvolvimento de esforços, por parte da PJ, no sentido de aprofundar as relações de **colaboração/cooperação com os PALOP**, através de funcionários de investigação criminal destacados com a missão de assessorar as direções de Polícia Judiciária de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e, também, Timor-Leste. No quadro da cooperação com os países da **CPLP** é de referir, também, o desenvolvimento de 9 ações de formação tendo como destinatários funcionários das polícias e Magistrados.



Ministério da Saúde



Serviços Centrais

Informação, Investigação, Formação e Avaliação

No contexto do alargamento, consolidação e otimização do *Sistema de Informação Nacional sobre Drogas e Toxicod dependências* (SNIDT), são de destacar em 2010, os trabalhos desenvolvidos a nível do indicador “mortes relacionadas com drogas e mortalidade entre os utilizadores de drogas”, que permitiram a disponibilização pela primeira vez em Portugal, de informação sobre os casos de *overdose* no contexto do INML,IP, de acordo com os critérios do OEDT.

Constituíram ações prioritárias a divulgação de informação objetiva e fiável na área das drogas e toxicod dependências e a intervenção formativa nesta matéria. Em relação ao trabalho de investigação, em 2010, destaca-se a preparação das repetições, em 2011, dos inquéritos nacionais, tanto em meio escolar (INME e ECATED/ESPAD) como na população geral (INPG).

Alguns Resultados de Estudos

- O estudo nacional realizado em 2007 na população geral residente em Portugal (15-64 anos) mostra que a cannabis, a cocaína e o ecstasy são as substâncias preferencialmente consumidas pelos portugueses, com prevalências de consumo ao longo da vida (pelo menos uma experiência de consumo na vida) respectivamente na ordem dos 11,7%, 1,9% e 1,3%. Entre 2001 e 2007, apesar da subida das prevalências de consumo ao longo da vida (a de *qualquer droga* passou de 8% para 12%), verificou-se uma estabilidade das prevalências de consumo de *qualquer droga* nos últimos 30 dias (2,5% em 2001 e 2007) e uma descida das taxas de continuidade dos consumos (a taxa de continuidade do consumo de *qualquer droga* passou de 44% para 31%). Portugal situa-se entre os países europeus com as menores prevalências de consumo de drogas, com exceção da heroína.
- No contexto das populações escolares, os resultados dos estudos nacionais evidenciam que o consumo de drogas que vinha aumentando desde os anos 90 diminuiu pela primeira vez em 2006 e 2007, constatando-se em 2010 novamente um aumento do consumo de drogas nestas populações, o que alerta desde já para a necessidade do reforço das medidas preventivas. Em 2006, os resultados do HBSC/OMS (6.º/8.º/10.º anos de escolaridade) e do INME (3.º Ciclo e Secundário), evidenciaram descidas dos consumos, respetivamente entre 2002-2006 e 2001-2006, surgindo uma vez mais a cannabis como a droga com maiores prevalências de consumo entre estas populações. Em 2007, os resultados do ESPAD (alunos de 16 anos) e do ECATD (alunos dos 13 aos 18 anos) uma vez mais



evidenciaram descidas dos consumos entre 2003-2007, sendo de assinalar entre outros, no ESPAD a descida das prevalências de consumo ao longo da vida a nível de todas as substâncias ilícitas (a de *qualquer droga* passou de 18% para 14%) e no ECATD a descida das prevalências de consumo ao longo da vida de *qualquer droga* em todas as idades (por exemplo, nos alunos de 13 anos passou de 4,6% para 3,6%, e, nos de 18 anos, passou de 30,2% para 27,3%). Em ambos os estudos uma vez mais a cannabis surge com as maiores prevalências de consumo ao longo da vida (13% no ESPAD e entre 2,3% e 26,1% consoante as idades no ECATD). Ainda a nível do ECATD constatou-se que, entre 2003 e 2007 aumentou a perceção do risco do consumo regular das várias drogas, o que seria indiciador de uma maior informação dos estudantes sobre estas questões. No entanto, em **2010**, os resultados do HBSC/OMS, evidenciaram novamente um aumento das prevalências dos consumos entre 2006 e 2010. Tal como em 2006, a cannabis, os estimulantes e o LSD surgiram em 2010 com as maiores prevalências de consumo ao longo da vida (respectivamente 8,8%, 3,4% e 2%). Entre 2006 e 2010 verificaram-se subidas das prevalências de consumo ao longo da vida a nível de várias substâncias – designadamente da cannabis (de 8,2% para 8,8%) -, assim como da prevalência do consumo de drogas no último mês (de 4,5% para 6,1%).

▪ **O estudo nacional realizado em 2007 na população reclusa** mostrou que a cannabis, a cocaína e a heroína eram as substâncias com maiores prevalências de consumo nesta população, tanto no contexto anterior à reclusão (respectivamente 48,4%, 35,3% e 29,9%) como no de reclusão (respectivamente 29,8%, 9,9% e 13,5%). Entre 2001 e 2007, constatou-se uma descida das prevalências de consumo de drogas em ambos os contextos, embora mais acentuada no de reclusão (a prevalência de consumo de *qualquer droga* passou de 47% para 36%). É de destacar também a importante redução da prática de consumo endovenoso em relação a 2001, seja no contexto anterior à reclusão (27% em 2001 e 18% em 2007) seja no de reclusão (11% em 2001 e 3% em 2007).

▪ **O estudo realizado em 2005 sobre estimativas da prevalência do consumo problemático de drogas em Portugal**, aponta para taxas por mil habitantes de 15-64 anos entre os 6,2-7,4 para uma definição de consumidores problemáticos mais abrangente, e, entre os 1,5-3,0 para os consumidores de drogas por via endovenosa. Entre 2000 e 2005 constatou-se uma diminuição do número estimado de consumidores problemáticos de drogas em Portugal, sendo essa diminuição mais acentuada no caso dos consumidores de drogas por via endovenosa.



Ministério da Saúde



Serviços Centrais

▪ No estudo publicado em 2009 sobre os efeitos dos tratamentos de substituição opiácea no sistema prisional português, verificou-se um consenso entre reclusos e técnicos sobre as vantagens destes tratamentos ao nível do bem-estar pessoal dos reclusos (melhorias no estado de saúde físico e psicológico, diminuição dos consumos e das recaídas durante o tratamento, etc.) e ao nível do ambiente prisional (diminuições na frequência do consumo de drogas, dos consumos por via intravenosa, na ocorrência de suicídios, nos atos de violência física e psicológica entre reclusos, etc.), assim como nos itens/dimensões onde estes não produziram mudanças (atos de violência entre reclusos e guardas e no tráfico de drogas dentro da prisão), não surgindo nenhuma avaliação claramente negativa sobre qualquer dos indicadores contemplados no estudo.